



ÁREA TEMÁTICA: Estado Segurança e Defesa

Jovens e Forças Armadas – contornos de uma nova relação

RESENDE, José Manuel
Professor Doutor em Sociologia
UNL/FCSH
josemenator@gmail.com

BAPTISTA, Luis Vicente
Professor Doutor em Sociologia
UNL/FCSH
luisv.baptista@fcs.unl.pt

CARDOSO, António Ideias
Licenciado e Doutorando em Sociologia
MDN/DGPRM
ideiascardoso@gmail.com

MARQUES, Francisco Sousa
Licenciado em Sociologia e Mestrando em Ciência Política
MDN/DGPRM
fsousamarques@gmail.com

MADEIRA, Isabel
Licenciada em Germânicas
MDN/DGPRM

FERREIRA, Paulo Antunes
Licenciado em Sociologia
CESNOVA – UNL/FCSH

VILHENA, Cristina
Mestre em Psicologia
MDN/DGPRM
c.p.vilhena@gmail.com

Resumo

Nas sociedades actuais qualquer instituição, entre elas a militar, não é mais julgada pelo que se propõe fazer, mas pelo que efectivamente faz. Tratadas pela sociedade e pelo mercado como qualquer outra instituição, as Forças Armadas estão, assim mais sujeitas ao escrutínio e controlo social. Cultivar a legitimidade tornou-se cada vez mais uma necessidade, tendo em vista a prevenção de possíveis situações de banalização institucional. Para além desta atitude de cariz pró-activo na manutenção da legitimidade social, os pressupostos da profissionalização, enquanto novo modelo de organização, também lhes exigem uma permanente capacidade para conseguir obter os recursos humanos necessários ao desenvolvimento das suas missões.

Para contribuir para a construção de estratégias solidificadas de intervenção neste domínio, torna-se necessário recolher elementos que permitam traçar um diagnóstico da situação, o que implica, forçosamente, considerar como objecto de análise, as inter-relações estabelecidas entre as Forças Armadas e a sociedade envolvente. É neste quadro que se insere este estudo que, a coberto da realização do Dia da Defesa Nacional, procura apreender e caracterizar o que pensam as Forças Armadas e das suas ofertas de emprego um dos segmentos populacionais mais importantes no contexto da profissionalização, ou seja, a população jovem.

Palavras-chave: Forças Armadas; Profissionalização; Representações; Recrutamento; Jovens



1. As sociedades contemporâneas e o lugar das Forças Armadas

É comum reafirmar-se o lugar proeminente ocupado pelas Forças Armadas nos Estados-Nação modernos. Tal como outrora, esta instituição é considerada como um pólo da expressão da soberania nacional.

Não obstante, o desenvolvimento do processo de alargamento da Comunidade Europeia e das políticas que visam a constituição de outras modalidades de cooperação política e militar mais coordenada, a centralidade das Forças Armadas nacionais não é posta em causa. O mesmo se tem passado com o debate, ora mais generalizado, ora mais localizado, em torno do processo de profissionalização destas forças. Neste sentido, parece não haver dúvidas relativamente à resposta a dar à questão para que servem as Forças Armadas nesta época de grande turbulência política no plano geo-político mundial e que interfere, em graus variados, nas políticas transnacionais e nacionais.

Entendida como um órgão de soberania, as Forças Armadas portuguesas são entendidas como uma instituição que garante a segurança do Estado democrático contra a intromissão de forças invasoras, não deixando de se apresentar em simultâneo como uma instância que se envolve no processo de socialização política dos jovens que ali entram como voluntários ou em regime de contrato. Por outras palavras, esta instituição não é alheia quer ao trabalho de reforço da identidade nacional, quer ao trabalho tendo em vista os processos de coesão política e social, quer ainda ao trabalho de representação do Estado em missões internacionais que podem visar diferentes propósitos de carácter político, militar, de paz ou humanitário.

Apesar da aparente estabilidade nas funções e finalidades das Forças Armadas esta instituição está hoje sujeita a profundas transformações políticas e organizacionais. A profissionalização humana e material hoje em curso obriga a instituição a adoptar outros dispositivos e modalidades políticas, em particular, quando está em causa o recrutamento de um número significativo de jovens para o cumprimento das suas missões internas e internacionais.

O reconhecimento da parte das Forças Armadas da importância deste processo exige dos seus quadros dirigentes uma outra forma de repensar as relações entre esta instituição e os grupos sociais que constituem a sua base preferencial de recrutamento. Na verdade, a obrigatoriedade de conscrição terminou e as Forças Armadas portuguesas assumiram uma nova configuração com a entrada em vigor da Lei do Serviço Militar decretada em 1999.

As alterações jurisdicionais operadas após a promulgação do referido quadro legal tiveram impactos na concepção do próprio conceito de Defesa Nacional que, por sua vez, se repercutiram no modelo organizacional, particularmente, nas modalidades e dispositivos de recrutamento militar. Para substituir a obrigatoriedade do Sistema Militar Obrigatório foi criado o Dia de Defesa Nacional (DDN)

Em certo sentido, com a implantação do DDN o Estado, por mediação directa do Ministério de Defesa Nacional, cria as condições para desenvolver um trabalho político de mobilização, com a cooperação interessada e empenhada das Forças Armadas e das outras instituições estatais, junto das camadas jovens.

Este evento, cuja participação é obrigatória para os **cidadãos do sexo masculino no ano em que completam dezoito anos de idade**, tem como principais objectivos¹ “sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das forças armadas, a quem incumbe a defesa militar da República”. Por outro lado a mesma Lei define o que deve ser incluído nesta sensibilização e divulgação: “A sensibilização e divulgação (...) envolvem, designadamente, informação escrita descrevendo os preceitos constitucionais que se relacionam com a defesa nacional, os princípios gerais que se relacionam com as Forças Armadas, direitos e deveres dos cidadãos, assim como os objectivos do serviço militar e as diferentes possibilidades que se lhe oferecem durante e após o serviço militar, acções de formação sobre os objectivos da defesa nacional, sobre as missões essenciais das Forças Armadas, a sua organização, os recursos que lhes estão afectos e informação sobre as formas de prestação de serviço”.



Em termos de estruturação deste evento, o Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto-Lei nº289/2000 de 14 de Novembro) define no seu artigo 20º, nº1, que “o Dia da Defesa Nacional ocorre nas unidades militares dos três ramos das Forças Armadas, na rede escolar de ensino e noutros equipamentos públicos com condições para o efeito, em data e demais condições a fixar por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e das correspondentes tutelas”. E no que respeita ao planeamento e execução, o artigo 21º estabelece que “o planeamento e a concepção do DDN competem a uma comissão composta por representantes da DGPRM, dos três ramos das Forças Armadas, do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado da Juventude”, competindo a esta comissão definir os programas das acções de formação e as actividades a desenvolver. O Dia da Defesa Nacional aparece, assim, como o momento por excelência em que se efectiva a relação entre as Forças Armadas e os jovens, e daí que apesar dos seus objectivos abrangerem áreas como a Cidadania e a Defesa Nacional em sentido lato, as temáticas de natureza mais militar tenham um lugar de destaque na sua estruturação.

É no decurso deste evento que se realiza o estudo que sustenta este texto. Trata-se de um estudo que visa, não só a avaliação do Dia da Defesa Nacional através da forma como é visto pelos seus participantes, aspectos que não fazem parte dos objectivos deste texto, mas também aferir o que pensam das Forças Armadas e da nova configuração que assume o modelo de prestação de serviço militar. Os dados que se apresentam nos pontos seguintes foram recolhidos no ciclo de Dia da Defesa Nacional de 2006/2007, abrangem cerca de 54 000 participantes e são coerentes com os que foram recolhidos nos ciclos estudados anteriormente.

2. O que pensam os jovens sobre as Forças Armadas (representações);

As representações sociais, apesar de serem um conceito marcadamente desenvolvido pela Psicologia Social, não estão ausentes da tradição sociológica. Desde a fundação da investigação sociológica - com autores como Durkheim, que atribuiu às representações sociais um estatuto sociológico considerando-as capazes de se constituir em objecto de estudo autónomo, ou Max Weber, que fez deste conceito um quadro de referência e um vector da acção dos indivíduos, descrevendo um saber comum e tendo o poder de antecipar e predizer o seu comportamento -, até à actualidade, têm sido inúmeras as correntes de investigação que utilizam e definem o conceito de *representações* de forma diversificada.

Contudo, não é a caracterização dessa diversidade que se pretende desenvolver no âmbito deste texto. Pretende-se apenas, chamar a atenção para o facto de as representações serem um elemento essencial quando se trata da identificação e interpretação de dispositivos de acção dos sujeitos face a um objecto representado numa determinada situação ou contexto. Sendo um elemento adjuvante dessa mesma acção, as representações constituem referenciais explicativos, comunicacionais e operatórios com funcionalidades práticas diversas, de entre as quais se destacam a organização significativa da realidade, a possibilidade de realizar actos comunicacionais, a produção de diferenças e distinções entre grupos sociais e a orientação de comportamentos e atitudes face ao objecto representado. São estes os preceitos que fundamentam a importância conferida ao estudo das representações sobre as Forças Armadas e com os quais se pretende proceder ao seu desenvolvimento. Se se pretende mensurar a atractividade que as Forças Armadas, e as profissões que lhe são inerentes, têm junto de um determinado grupo populacional - neste caso, os jovens de sexo masculino que perfazem 18 anos -, ou identificar o lugar que é conferido às Forças Armadas na estruturação de trajectórias de cariz profissional, tal implica que se proceda ao questionamento das representações que este grupo populacional veicula a seu respeito. Por outro lado, pode também dizer-se que a própria dinâmica da modernidade e a conseqüente evolução das estruturas de Forças Armadas (ou seja, a sua profissionalização), implicam, por parte destas, uma atitude de procura constante de legitimidade institucional. Como afirma Battistelli (Battistelli, F. 2004), as instituições, não só as Forças Armadas, são investidas de um processo de secularização, perdendo, na sequência do mesmo, aquela aura de



sacralidade que no passado lhes garantia a adesão dos indivíduos. Por mais elevado que possa ser o fim perseguido por cada uma, as instituições têm, cada vez mais, de procurar no dia-a-dia a manutenção da sua legitimidade.

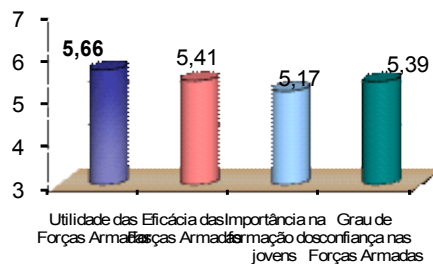
Assim, o desenvolvimento deste ponto incide sobre a análise dimensional aos conteúdos das representações sobre as Forças Armadas, construídas pelos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, abarcando, em primeiro lugar, a **dimensão institucional**, que engloba a apreciação da sua utilidade e eficácia e o grau de confiança que lhes é atribuído. Em segundo lugar, é abordada a **dimensão profissional**, incidindo sobre a forma como são caracterizadas enquanto oportunidade profissional e a apreciação do que proporcionam neste domínio.

2.1. Representação institucional das Forças Armadas

A definição e operacionalização desta dimensão de conteúdo das representações visa aferir qual a imagem institucional veiculada pela população inquirida. Para o efeito foram utilizados quatro indicadores, sendo o primeiro referente à apreciação da **utilidade das Forças Armadas**, o segundo à **eficácia destas no cumprimento das suas missões**, o terceiro ao **papel que desempenham na formação dos jovens** e o último referente ao **grau de confiança** nelas depositado. Pensa-se que esta dimensão de conteúdo das representações se pode constituir como um elemento explicativo importante no que concerne ao diagnóstico da relação dos jovens com as Forças Armadas, para o qual este trabalho visa contribuir.

Em termos de resultados, importa destacar que todos os indicadores de representação utilizados nesta dimensão obtiveram valores de apreciação bastante positivos, como se pode verificar no gráfico seguinte. De entre eles, a **utilidade** aparece num lugar de destaque com um valor médio de 5.66, seguida da eficácia e da confiança, com 5.41 e 5.39 respectivamente, ficando o valor mais baixo desta dimensão para o papel que desempenham na formação dos jovens (5.17), mas ainda assim bastante positivo.

Gráfico n.º : Representações Institucionais das Forças Armadas



Escala de graduação crescente de 1 a 7 valores

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

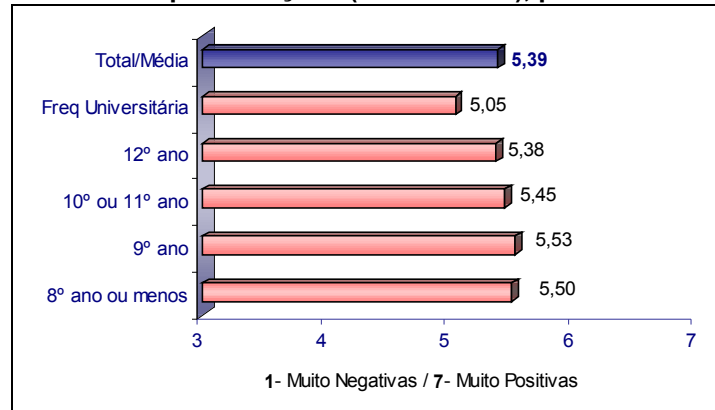
Dada a importância desta dimensão das representações como tradutora da relação dos jovens com as Forças Armadas, para melhor compreender a estrutura de apreciação de cada um dos seus indicadores constituintes foi desenvolvida uma análise mais aprofundada de cada um deles, procurando, acima de tudo, determinar quais os factores que os fazem variar e qual o sentido que essa variação assume, considerando para o efeito o nível de escolaridade dos inquiridos e a sua condição sócio-familiar. Contudo, como os dados de cada um dos indicadores evidenciaram um comportamento semelhante, optou-se neste texto por proceder à construção de um índice com o intuito de sintetizar a informação.

Os resultados, expressos no gráfico seguinte, permitem destacar, em primeiro lugar, a significativa positividade do próprio índice (Média=5.39) e, em segundo lugar, a positividade das representações institucionais em todos os níveis de escolaridade. No que concerne às características da associação entre as duas variáveis pode dizer-se que apresenta uma intensidade moderada, estatisticamente significativa e



de sentido negativo, dado que, à medida que aumentam os níveis de escolaridade, é menor o valor médio atribuído às representações de dimensão institucional. Relativamente às diferenças entre níveis de escolaridade, apenas não se revelaram estatisticamente significativas, as que se verificam entre quem está no 8.º ano de escolaridade ou inferior e quem está no 9.º ano, sendo todas as outras de considerar.

Gráfico n.º 2: Índice de Representações (Institucional), por Nível de Escolaridade



$f = 230.129$; $p = 0.000$

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

Se do ponto de vista da condição sócio-familiar se considerar a escolaridade dos pais ou o nível de rendimento o padrão de associação não difere do anteriormente traçado, nem no que concerne à intensidade (moderada), nem quanto ao sentido (negativo), ou seja o nível das representações institucionais sobre as Forças Armadas diminui ligeiramente, à medida que a escolaridade e o nível de rendimento dos pais são mais elevados.

2.2. Representação das Forças Armadas enquanto oportunidade profissional

No que concerne a esta dimensão de representação das Forças Armadas, do ponto de vista analítico foram abordadas as questões da **atractividade** do emprego proposto pelas Forças Armadas, complementadas com questões que permitem aprofundar o conhecimento sobre a forma como os jovens em estudo **caracterizam** este tipo de emprego.

Iniciando a análise pela forma como os jovens caracterizam o emprego proposto pelas Forças Armadas, pode dizer-se que os dados obtidos e constantes do quadro seguinte apontam para pistas de reflexão com algum interesse, que entroncam na especificidade com que este emprego é apreciado. Em primeiro lugar, os jovens destacam que se trata, acima de tudo, de um **emprego ao serviço da pátria** (5.72), ou seja, um emprego que para além de estar associado a uma organização e, conseqüentemente, a um determinado grupo profissional, está ao serviço do país. Estes dados parecem revelar uma grande identificação das Forças Armadas com o interesse nacional, pois mesmo quando se está a abordar questões concretas como as características de um emprego ressalta como associação mais forte nas representações dos jovens o “serviço da pátria”. Aliás, por este mesmo prisma pode interpretar-se o facto de os jovens não considerarem maioritariamente que um emprego nas Forças Armadas seja um “emprego como outro qualquer”. Estes dois indicadores analisados em conjunto parecem reforçar a ideia de que os jovens vêem o emprego nas Forças Armadas como um emprego com características específicas, que ultrapassam a simples relação laboral entre empregador e empregado.

Seguidamente, os jovens destacam o facto de se tratar de um **emprego atractivo** (5.41), o **prestígio** desse emprego (5.21), bem como o facto de oferecer **mais regalias que outros empregos** (5.19). Características como **emprego bem pago** (5.01), ou **emprego seguro** (4.85), também tiveram um valor de concordância que se pode considerar positivo, mas inferior aos anteriormente representados.

**Quadro nº 1: Características do Emprego nas Forças Armadas**

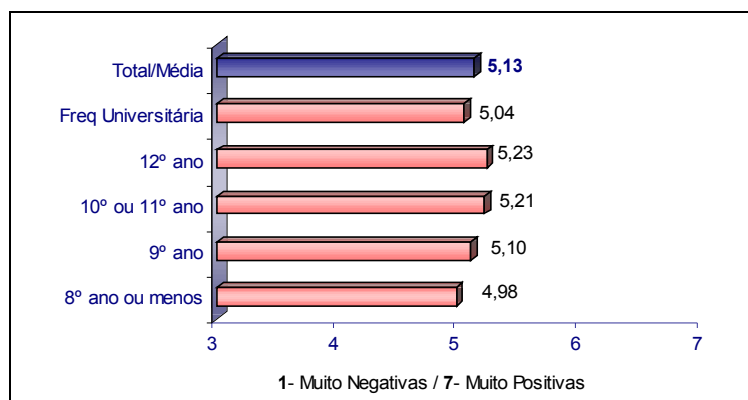
Característica	Média*
Um emprego seguro	4,85
Um emprego atractivo	5,41
Um emprego com prestígio	5,21
Um emprego bem pago	5,01
Um emprego ao serviço da pátria	5,72
Um emprego que dá mais regalias que os outros	5,19
Um emprego como outro qualquer	3,12
Um emprego que não exige muitos conhecimentos	3,11
Um emprego que não exige experiência profissional	3,35

* escala de concordância crescente de 1 a 7 valores
04/07

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN:

À semelhança do que foi feito para a dimensão institucional, os principais indicadores utilizados para analisar a representação das Forças Armadas enquanto oportunidade profissional, foram também sintetizados num índice aditivo, para melhor representar os vectores de análise aqui explorados. Neste sentido, este índice resulta da apreciação da atractibilidade do emprego proposto pelas Forças Armadas em agregação com a apreciação do prestígio, das remunerações, da segurança e regalias que este confere. Do ponto de vista analítico, este índice foi submetido a testes de associação com a escolaridade dos inquiridos. Os resultados, expressos no gráfico seguinte, na sua generalidade vão de encontro aos padrões de associação que têm vindo a ser apresentados até aqui, destacando-se, em primeiro lugar, a positividade do próprio índice (média 5.13) e, em segundo lugar, a variação que sofre por influência da escolaridade. A especificidade que apresenta prende-se com a não linearidade da sua variação em função dos níveis de escolaridade. Ou seja, entre os inquiridos que se situam nos níveis de escolaridade que vão do 8.º ano ou menos ao 12.º ano, a representação das Forças Armadas enquanto oportunidade profissional aumenta, caindo depois de forma algo acentuada quando se consideram os inquiridos que têm frequência de ensino superior.

Gráfico n.º 3: Índice de Representações (dimensão oportunidade Profissional), por Nível de Escolaridade



$f = 95.593$; $p = 0.000$

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07



3. Como os jovens avaliam a proposta de emprego em regime de voluntariado e contrato disponibilizada pelas Forças Armadas

A questão do recrutamento é central no processo de profissionalização das Forças Armadas, processo este que inclui ainda outras dimensões, como sejam a fidelização de efectivos e a sua reconversão profissional para efeitos de reinserção na vida civil de uma forma profissionalmente activa. Se as Forças Armadas não conseguirem desenvolver a sua capacidade de atrair e recrutar novos elementos, nenhuma das outras fases do processo de profissionalização terá a devida sequência ou deixará de se defrontar com dificuldades.

A questão do recrutamento é naturalmente condicionada por um conjunto de variáveis de natureza muito distinta, associadas quer às características estruturais do novo modelo de serviço militar, quer à dinâmica conjuntural do mercado de emprego que se verifica na envolvente em que as Forças Armadas se inscrevem. No entanto, é possível afirmar que o recrutamento, em larga medida, depende da propensão manifestada pelo público-alvo que visa atingir, ou seja, depende da predisposição dos actores para agir em relação às propostas que lhes são apresentadas.

Tendo o Dia da Defesa Nacional como objectivo principal a sensibilização dos jovens para a temática da Defesa Nacional e Forças Armadas, não poderia deixar de ser encarado como um momento privilegiado para se aferir a atractividade da proposta de emprego disponibilizada pelas Forças Armadas à população em estudo. Assim sendo, este ponto tem como principal propósito estudar a predisposição para o ingresso nas Forças Armadas manifestada pelos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, procurando compreender como se caracteriza esta predisposição, em que motivações e objectivos se sustenta e quais os aspectos que a influenciam.

3.1. Dimensão QUANTITATIVA da predisposição dos jovens para o ingresso nas Forças Armadas

Relativamente à predisposição dos jovens para ingresso nas Forças Armadas, os dados expressos na tabela seguinte, em termos de dimensão quantitativa, demonstram que 52.87% dos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional se manifestam disponíveis, sendo a não pretensão assumida apenas por 25.2%. Importa ainda salientar que 18.6% destes jovens manifesta uma posição indefinida em relação a esta matéria.

Quadro nº 2: Distribuição da posição dos jovens face ao Ingresso no RV/RC.

	Casos	%
Não responde	1851	3,4
Pretende ingressar	29002	52,8
Não pretende ingressar	13845	25,2
Não sabe	10195	18,6
Total	54893	100,0

Em termos de contextualização temporal desta predisposição, os jovens foram inquiridos relativamente à probabilidade de ingressarem nas Forças Armadas nos 12 meses seguintes à participação no Dia da Defesa Nacional. A distribuição das respostas indica que cerca de 32.3% dos jovens que manifestaram a intenção de ingressar nas Forças Armadas, pretendem efectivar esse ingresso nos 12 meses seguintes à participação no Dia da Defesa Nacional, sendo a dos restantes mais diferida no tempo.

3.2. Dimensão QUALITATIVA da predisposição dos jovens para o Ingresso

Após ter sido realizada uma análise quantitativa da posição dos jovens face ao ingresso nas Forças Armadas, de seguida tentar-se-á compreender qual a escolaridade destes jovens, o seu percurso escolar e as suas aspirações escolares, onde residem, qual a sua origem socio-económica e que tipo de

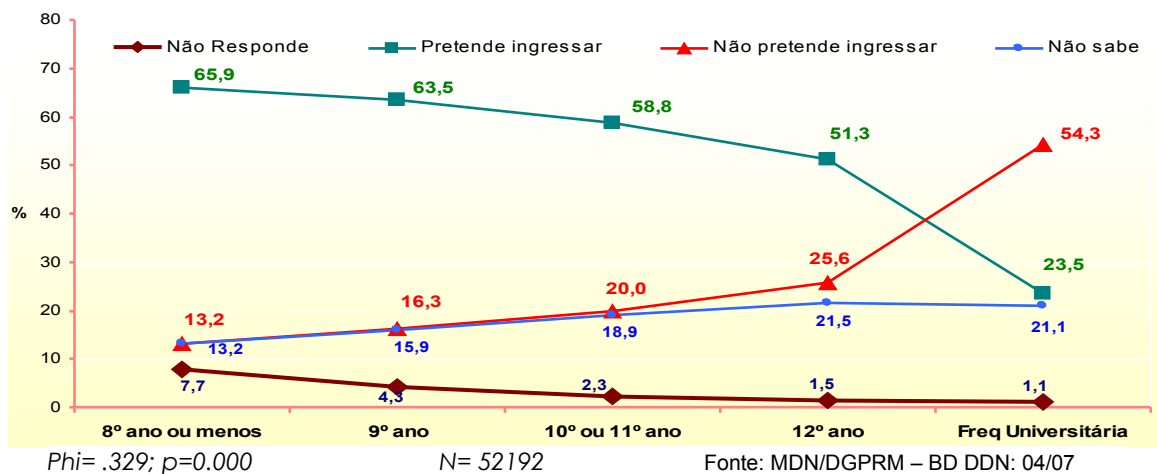


representações têm sobre as Forças Armadas, tentando-se posteriormente compreender qual o contributo de cada uma destas variáveis na posição dos jovens face ao ingresso nas Forças Armadas.

a) Dimensão Escolar: (escolaridade, aspirações escolares e situação actual)

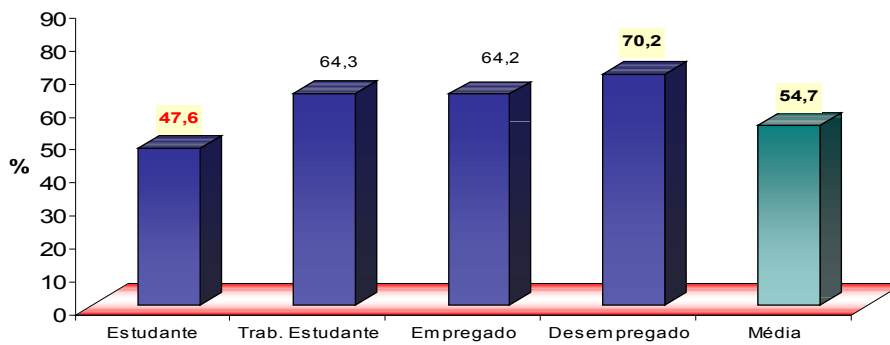
Relativamente a esta dimensão importa referir que não se pretende estudar a composição do ingresso em termos de escolaridade, mas antes compreender em que medida a escolaridade influencia a postura dos jovens face às Forças Armadas, verificando se existe aproximação ou afastamento em função de diferentes níveis de escolaridade. O gráfico seguinte, que reflecte os resultados da posição face ao ingresso de acordo com a **escolaridade** dos jovens inquiridos, permite concluir que a propensão para o ingresso é menor nos níveis de escolaridade mais elevados, comparativamente com os restantes. Pode mesmo dizer-se que se está perante uma relação linear e de sentido negativo. Tendo como referência o valor médio de predisposição para ingresso, apresentado no início do capítulo (52.4%), verifica-se que a propensão manifestada pelos jovens que se encontram a frequentar o ensino superior é menos de metade (23.5%), ao passo que a que reporta aos jovens que têm até ao 10º/11º ano de escolaridade é superior a esse valor médio.

Gráfico n.º 4: Distribuição da posição face ao ingresso pela escolaridade dos jovens.



Quando consideradas as **aspirações escolares** dos jovens inquiridos face à predisposição para ingresso, a relação de associação que se verifica é idêntica, tanto em termos de sentido como de intensidade, revelando que, comparativamente, os jovens que pretendem encetar projectos escolares que passem pela prossecução de estudos superiores revelam menor propensão para ingresso do que os restantes. Por outro lado, os que têm aspirações escolares que não ultrapassam a conclusão do ensino básico são os que revelam a propensão mais elevada.

Relativamente à **situação actual dos jovens** verifica-se, através do gráfico seguinte, que os jovens que se encontram a estudar são, de facto, os que revelam menor propensão para ingressar nas Forças Armadas, muito embora a percentagem de predispostos (47.6%) possa ser encarada como muito significativa. Tal situação deve-se ao facto de, como foi visto anteriormente, junto dos jovens que se encontram a estudar em níveis iguais ou inferiores ao ensino secundário a predisposição para ingresso nas Forças Armadas ser bastante expressiva. No que concerne aos jovens que estão fora do sistema de ensino, ou pelo menos não o frequentam de forma exclusiva, a propensão para ingresso é superior à média, o que permite aferir que para este segmento populacional com contacto ou vivência de mercado de trabalho a proposta de emprego das Forças Armadas é atractiva.

**Gráfico n.º 5: Distribuição da posição face ao ingresso pela situação actual dos jovens.**

N= 53 042

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

b) Variáveis explicativas do ingresso

Ao longo do presente capítulo tem-se analisado a influência de uma série de variáveis de natureza individual, escolar, familiar e social, as quais revelaram estar associadas à predisposição dos jovens para o ingresso, exercendo sobre ela uma influência significativa. Neste ponto, através de procedimentos estatísticos adequados, tentará-se não só quantificar a influência conjunta de todas as variáveis, mas também hierarquizá-las relativamente ao seu poder **explicativo** face à posição dos jovens relativamente ao ingresso nas Forças Armadas. Para o efeito, as variáveis até aqui enunciadas foram agrupadas em dimensões, cuja agregação se prendeu com a correlação estatística existente entre as mesmas. O quadro seguinte discrimina as variáveis incluídas em cada uma das dimensões, pela posição de entrada no modelo de análise (regressão linear múltipla – hierárquica, por blocos).

Quadro n.º 3: Variáveis incluídas nas diferentes Dimensões de Análise.

Dimensões	Variáveis
Proximidade Simbólica às Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none">• Representações Institucionais sobre as Forças Armadas• Representações sobre as FA's enquanto Oportunidade profissional
<i>O Conteúdo do Dia da Defesa nacional</i>	<ul style="list-style-type: none">• Interesse da Cerimónia de Içar da bandeira Nacional• Interesse do Módulo 1 (Defesa Nacional e o papel das Forças Armadas)• Interesse do Módulo 2 (o serviço Militar)• Interesse da Demonstração de actividades
<i>Escolar</i>	<ul style="list-style-type: none">• Escolaridade• Aspirações Escolares
<i>Rede social</i>	<ul style="list-style-type: none">• Frequência com que fala das Forças Armadas com a família• Opiniões dos familiares sobre as Forças Armadas• Frequência com que fala das Forças Armadas com os amigos• Opinião dos amigos sobre as Forças Armadas

Como se pode verificar, as dimensões consideradas reportam-se a aspectos relacionados com o percurso escolar do jovem, com variáveis relacionadas com a rede social e familiar e com aspectos relacionados com



as percepções/representações que os jovens possuem sobre as Forças Armadas na qual se incluiu, também, a apreciação do jovem sobre o Dia da Defesa Nacional. Os resultados obtidos revelam que as variáveis escolhidas têm uma importância significativa, sendo capazes de predizer 42.6% ($p < 0.000$) da variação da predisposição dos jovens para o ingresso no RV/RC, o que é muito significativo em ciências sociais.

Quadro nº 4 - Resultados do Modelo de Análise de Regressão

	Variáveis	Beta	ΔR^2	F	gl
1	Representações Institucionais sobre as FA's	-.046*			
	Representações sobre o Emprego nas FA's	.576*			
			.297	8988.881	2,42586
2	Representações Institucionais sobre as FA's	-.107*			
	Representações sobre o Emprego nas FA's	.548*			
	Interesse da cerimónia do içar da Bandeira Nacional	.069*			
	Interesse do Módulo 1	.022*			
	Interesse do Módulo 2	.108*			
	Interesse da demonstração de actividades	-.023***			
			.018	279.120	4,42582
3	Representações Institucionais sobre as FA's	-.112*			
	Representações sobre o Emprego nas FA's	.507*			
	Interesse da cerimónia do içar da Bandeira Nacional	.037*			
	Interesse do Módulo 1	.021*			
	Interesse do Módulo 2	.134*			
	Interesse da demonstração de actividades	-.031*			
	Escolaridade do Jovem	-.187*			
	Aspirações escolares	-.117*			
		.052	1761.951	2,42580	
4	Representações Institucionais sobre as FA's	.125*			
	Representações sobre o Emprego nas FA's	.456*			
	Interesse da cerimónia do içar da Bandeira Nacional	.009*			
	Interesse do Módulo 1	.004***			
	Interesse do Módulo 2	.102*			
	Interesse da demonstração de actividades	-.023*			
	Escolaridade do Jovem	-.155*			
	Aspirações escolares	-.091*			
	Opinião dos amigos sobre as Forças Armadas	-.003**			
	Opinião dos familiares sobre as Forças Armadas	-.015***			
	Frequência com que fala das Forças Armadas com os amigos	.160*			
	Frequência com que fala das Forças Armadas com a família	.148*			
			.059	1101.103	4,42576
	R ² ajustado		.426	2638.626	12,42588

* $p < 0.000$; ** < 0.005 ; *** > 0.05

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07



Em termos de importância de cada uma das dimensões utilizadas, verifica-se que a dimensão relativa à *proximidade simbólica* dos jovens face às Forças Armadas, traduzida pelas **representações** (institucionais e enquanto oportunidade profissional) é a que tem o maior poder preditivo, explicando por si só 29.7% ($p=0.000$) da predisposição para ingresso, facto que lhe confere uma preponderância significativa no modelo em causa. A segunda dimensão, respeitante ao **conteúdo do programa do Dia da Defesa Nacional**, que, recorde-se, era o contexto em que os dados foram recolhidos, tem uma importância preditiva da predisposição para ingresso que se pode considerar relativa, dado que explica apenas 1.8% ($p=0.000$) da variação desta. A terceira dimensão, que abarcava o **nível de escolaridade e as aspirações escolares** dos jovens inquiridos, apresenta uma capacidade preditiva significativa, mas também ela algo moderada, situando-se nos 5.2%. Por último, a dimensão relacionada com a rede **social dos jovens**, abarcando a frequência com que as Forças Armadas são tema de conversa nessa rede, bem como a opinião respeitante a essas, apresenta uma capacidade preditiva estatisticamente significativa, mas moderada, com um valor de 5.9%.

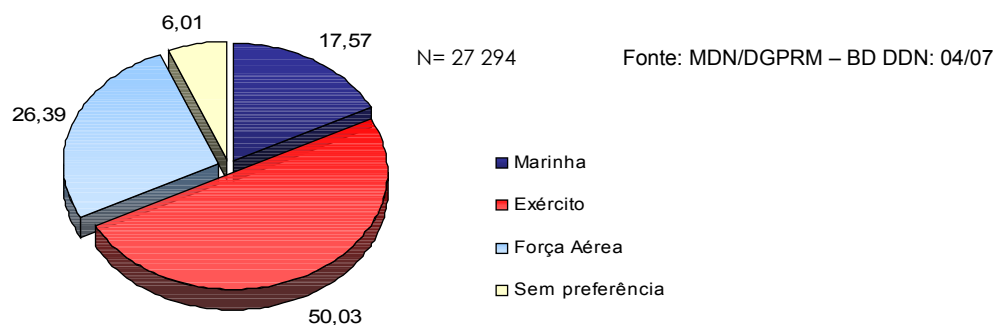
3.3. A perspectivação do futuro profissional nas Forças Armadas

Analisada a predisposição dos jovens para ingressar nas Forças Armadas, tanto em termos quantitativos como qualitativos e identificadas as variáveis que têm maior capacidade explicativa sobre a variação dessa predisposição importa agora verificar como esta se distribui pelos diferentes Ramos e quais as características em que assenta. Neste sentido, verificar se subjacente à pretensão de ingressar está a escolha de um Ramo em particular, analisar possíveis diferenças de características no que concerne aos jovens que são atraídos por cada um dos ramos, bem como se as expectativas profissionais e pessoais estão a ser projectadas com o eventual ingresso na Instituição, parecem ser aspectos bastante pertinentes.

a) Distribuição da predisposição para o ingresso por Ramo

O gráfico seguinte reflecte a preferência dos jovens que se mostraram favoráveis ao ingresso em cada um dos Ramos e permite concluir que 50% dos jovens assume que, em caso de ingresso, teria preferência pelo Exército. Em segundo lugar, em termos de preferência, surge a Força Aérea (26.4%) e, por último, a Marinha com uma percentagem de 17,6%. De salientar que apenas 6% dos jovens que afirmaram estarem predispostos a ingressar mostram indefinição quanto ao Ramo de preferência. Comparativamente com o ciclo de estudos anterior, a única diferença digna de registo prende-se com o facto de a preferência pelo Exército, apesar de claramente maioritária, ter diminuído 4%.

Gráfico N.º 6: Ramo de preferência para ingresso

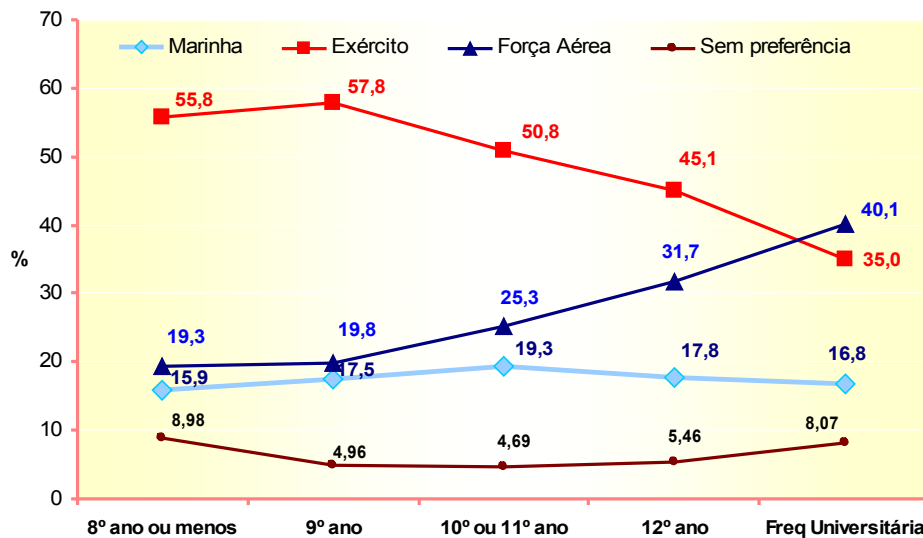




b) Influência da escolaridade na preferência do Ramo

No que respeita à variação das características dos jovens em função do ramo de preferência para ingresso, o gráfico seguinte revela que as habilitações escolares dos jovens que se mostram predispostos a ingressar nos três ramos são significativamente diferentes. Comparando os valores totais de pretensão de ingresso em cada um dos Ramos com os valores que estes obtêm em cada nível de escolaridade, retiram-se algumas ilações interessantes. Em relação ao Exército (valor médio de 50%), constata-se que à medida que a escolaridade aumenta, diminui o número de jovens que atrai, sendo que obtêm valores inferiores ao seu valor médio junto dos jovens que têm o 12º ano ou frequência universitária, 45.1% e 35,0% respectivamente. Contudo, até ao 12º ano de escolaridade é o ramo com maior poder de atracção. No que concerne à Força Aérea (com 26.4% de preferência para ingresso), o movimento de evolução dos dados é claramente inverso ao registado para o Exército, uma vez que à medida que o nível de escolaridade é mais elevado, aumenta o interesse em efectivar o ingresso nas Forças Armadas através deste ramo. Aliás, no que respeita ao segmento de jovens que tem frequência de ensino superior, a Força Aérea consegue ser o ramo mais atractivo em termos de preferência para ingresso (40.1%). Relativamente à Marinha não se verificam diferenças muito significativas na predisposição dos jovens para o ingresso neste ramo em função do nível habilitacional dos mesmos.

Gráfico n.º 7: variação do ramo de preferência para ingresso em função da escolaridade



N= 27294

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

Importa referir ainda, em matéria de influência da escolaridade na escolha do ramo de preferência, que os dados aqui apresentados revelam o mesmo padrão de configuração desde o primeiro ciclo do Dia da Defesa Nacional, pelo que se trata de uma regularidade que não pode deixar de se constituir como objecto de reflexão por parte das estruturas dirigentes das Forças Armadas.

c) Motivos justificativos da decisão de ingresso nas Forças Armadas

As razões elencadas para justificar o ingresso abrangeram aspectos simbólicos ligados à própria natureza das Forças Armadas (como as características da vida militar, a vocação profissional ou a possibilidade de participação em Missões de Apoio à Paz) e motivos de cariz instrumental (como a existência de incentivos atractivos ou a possibilidade de concorrerem aos quadros permanentes das Forças Armadas e Forças de Segurança). Os resultados obtidos encontram-se expressos na tabela seguinte e permitem verificar que os motivos mais referidos para justificar a pretensão de ingresso nas Forças Armadas são a vontade de participar em Missões de Apoio à Paz (37.5%), a vontade de adquirir formação profissional (35.9%), as características da vida militar (32.7%), a atractibilidade dos incentivos (22%) e a possibilidade de concorrer ao Quadro Permanente das Forças Armadas (21.1%). Importa ainda referir que a percentagem de jovens



que justifica o ingresso nas Forças Armadas por aquilo que se pode definir por falta de oportunidades alternativas é residual, situando-se à volta dos 4%.

Tabela n.º5 : Motivos apontados para o ingresso nas Forças Armadas

Motivos de Ingresso*	%*
Vocação Profissional	14
Concorrer ao QP das Forças Armadas	21.1
Prestígio Social dos Militares	15
Concorrer ao QP das Forças de Segurança	10
Incentivos Atractivos	22
Participar em Missões de Apoio à Paz	37.5
Adquirir independência Económica e Familiar	18.5
Adquirir Formação Profissional	35.9
Concorrer ao QP da Função Pública	5.8
Características da Vida Militar	32.7
Não ter emprego	4.5
Não conseguir arranjar outro emprego	4.2

*Cada item totaliza 100%;

Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

Com o intuito de melhor compreender os motivos de ingresso nas Forças Armadas, estes foram sujeitos a uma análise de correspondências múltiplas. No entanto, importa salientar que acima de tudo se pretende compreender que motivos de ingresso surgem associados e têm poder distintivo. No que concerne à definição de tipologias, as interpretações que foram extraídas devem ser encaradas como possibilidades a carecer de desenvolvimento teórico posterior.

Neste sentido, os resultados obtidos, expressos no gráfico seguinte, permitiram identificar duas dimensões de organização do espaço topológico referentes à projecção do ingresso nas Forças Armadas. A primeira dimensão foi denominada de **integração** e permite ver até que ponto o ingresso nas Forças Armadas se dá por aquilo que estas representam. Importa salientar que esta integração não visa traduzir relações de permanência na instituição, mas sim relações de adesão ao que esta simboliza. A segunda foi definida como **dimensão utilização** e traduz o grau em que o ingresso nos regimes de voluntariado e contrato das Forças Armadas é visto pelos inquiridos como uma porta de entrada para outro tipo de situação profissional, tratando-se assim, de uma utilização das Forças Armadas na prossecução de objectivos profissionais que não passam pela permanência definitiva nas mesmas.

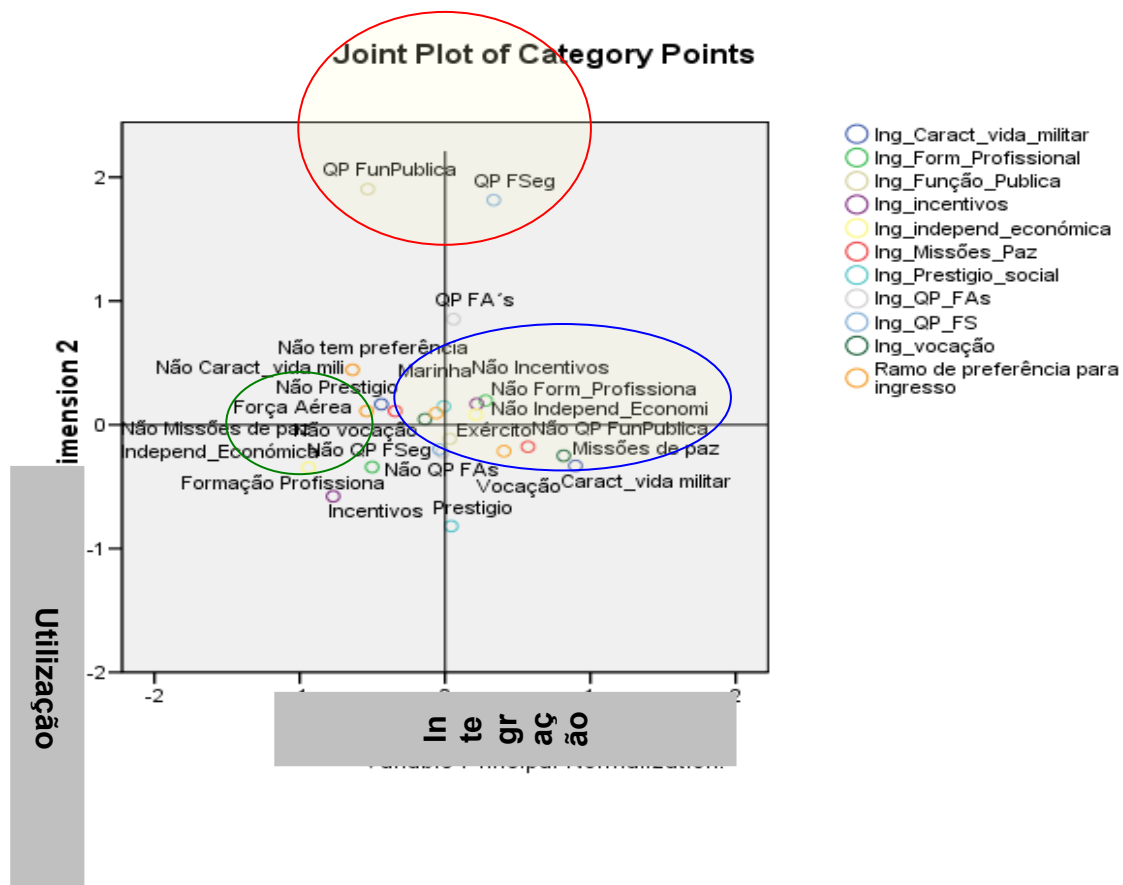
Relativamente a tipos de perfis, segundo a conjugação das duas dimensões consideradas, pela figura seguinte são levantadas algumas pistas de reflexão interessantes. Num primeiro plano destaca-se (a azul) o ingresso nas Forças Armadas justificado pelos aspectos de natureza mais simbólica que as caracterizam. Ou seja, ingressam pelo prestígio social que está associado às Forças Armadas, pelas próprias características da vida militar e encaram esse ingresso como uma vocação. É de notar que neste perfil de motivações não surge a justificação do ingresso com intenções de vínculo profissional permanente com a instituição militar. Os traços marcantes deste perfil são de facto a adesão justificada por aquilo que as Forças Armadas representam e a sua associação à pretensão de ingresso no Exército.

Num outro plano (vermelho), é possível identificar um conjunto de motivos que caracterizam um ingresso nas Forças Armadas não por aquilo que estas representam, mas mais por aquilo que permitem. Ou seja, o ingresso nas Forças Armadas é encarado claramente numa perspectiva de instrumento útil para aceder a



uma outra situação profissional de maior estabilidade, que passa pelo acesso ao Quadro Permanente (das Forças de Segurança, das próprias Forças Armadas ou mesmo da Administração Pública). Trata-se de um tipo de perfil que está num quadrante oposto ao anterior. Num terceiro plano pode ainda identificar-se um tipo de perfil que combina as duas dimensões, ou seja, um ingresso pela adesão a valores, mas também com um propósito de instrumentalização, protagonizado pelo inquiridos que justificam o seu ingresso pela atractibilidade do regime de incentivos que é proposto e pela possibilidade de acréscimo das suas qualificações profissionais. Por último, a leitura desta figura não ficaria completa sem que fosse aludida a localização no plano da Marinha e da Força Aérea. De facto, estes dois ramos não surgem como muito distintivos em matéria de perfil de motivos, mas é interessante verificar que se situam num quadrante oposto ao do Exército e claramente na zona positiva da dimensão de utilização. Assim, se anteriormente já se tinha dado conta que a pretensão de ingresso em cada um dos ramos era protagonizada por indivíduos com características distintas, principalmente em matéria de qualificações escolares, com estes dados também se pode avançar que os motivos de ingresso em cada um dos ramos tendem a ser diferentes, principalmente entre o ingresso no Exército e o ingresso nos restantes ramos.

Gráfico nº 8-Perfis de Motivos de Ingresso



Fonte: MDN/DGPRM – BD DDN: 04/07

4. Conclusões

Como primeira nota conclusiva relativamente à relação dos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional com as Forças Armadas, destaca-se a positividade das representações, tanto nos domínios de conteúdo que se aprendem com a vertente institucional, como nos que reportam à apreciação do emprego proposto. Trata-se ainda de uma positividade que se tem revelado estável ao longo dos ciclos de estudos, o que, tendo em conta que se trata de uma instituição não muito presente no universo relacional ou simbólico dos



jovens, merece algum realce. Contudo, apesar desta positividade geral detectaram-se algumas variações que, até por serem recorrentes, importa realçar, nomeadamente a influência do nível de escolaridade dos jovens, da qual se extrai que a população com escolaridade mais elevada tende a manifestar representações menos positivas face às Forças Armadas, sem que se cheguem a atingir valores negativos.

No que concerne à predisposição para ingresso nas Forças Armadas, desde que se iniciaram os estudos no âmbito do Dia da Defesa Nacional, **o actual ciclo foi o que registou o valor mais elevado de predisposição para ingresso** (aproximadamente 53%), o que, do ponto de vista quantitativo, se pode considerar como um bom indicador em matéria de sustentabilidade do modelo de profissionalização das Forças Armadas. Um outro dado quantitativo que se pode considerar relevante prende-se com o facto de um número muito significativo de jovens que se manifestaram predispostos a ingressar pretenderem fazê-lo num intervalo de tempo que não ultrapassa os 12 meses após a participação no Dia da Defesa Nacional (33.4%).

Do ponto de vista qualitativo, foi possível identificar os principais traços do perfil dos jovens que manifestam predisposição para ingressar nas Forças Armadas, no qual, os menos escolarizados (com escolaridade que não ultrapassa o 11º ano) revelam valores de predisposição significativamente mais elevados que os mais escolarizados (com o 12º ano ou frequência de ensino superior). Trata-se de uma situação algo expectável dado que os jovens que projectam percurso escolares que passam pela conclusão de estudos de nível superior tenderão a colocar menos a possibilidade de conciliar esses propósitos com um ingresso no mercado de trabalho, seja através das Forças Armadas ou outra entidade empregadora.

Ainda em matéria de escolaridade, foi possível verificar que cada um dos ramos enfrenta situações diversas, sendo que os jovens que manifestam preferência para ingresso na Força Aérea tendem a ser mais escolarizados do que os que preferem os restantes ramos, sobretudo o Exército.

Como complemento da informação relativa ao perfil dos jovens interessados no ingresso em cada um dos ramos, foi também possível identificar os principais motivos em que assenta a justificação dessa pretensão, bem como a sua diferenciação consoante o ramo pretendido. Os dados permitiram dar conta que à pretensão de ingresso no Exército estão associados motivos relacionados com a atractividade das características da vida militar, à participação em missões de apoio à paz, ao passo que o ingresso na Marinha e na Força Aérea tem subjacente interesses que indicam a utilização das Forças Armadas como meio para atingir outros patamares, sejam eles de ingresso num quadro permanente, sejam de aumento das qualificações.

No que concerne aos **factores que explicam a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas**, o modelo de regressão utilizado clarifica de forma segura a importância que as representações assumem nesta matéria, tratando-se da dimensão com influência mais significativa e de sentido positivo. A rede social em que os jovens se inserem, nomeadamente, a frequência com que falam das Forças Armadas com familiares e amigos, também revela uma influência significativa e positiva, mas de intensidade muito menor. Por último, relativamente a esta temática, verificou-se que a escolaridade dos jovens apresenta uma influência directa não muito intensa, quando comparada por exemplo com as representações, mas ainda assim significativa e de sentido negativo. Trata-se aliás de um sentido de influência recorrente, uma vez que também se manifesta na apreciação do próprio Dia da Defesa Nacional e seus componentes, bem como na explicação das representações sobre as Forças Armadas. Esta recorrência permite constatar que o grupo de jovens mais escolarizados, não só tende a considerar menos as propostas de emprego apresentadas pelas Forças Armadas, mas também a apreciar de forma menos positiva o que estas representam e os eventos que promovem. Trata-se de um dado que se pode considerar incontornável em matéria de definição de estratégias de comunicação por parte das Forças Armadas, sejam elas de informação, sensibilização ou de recrutamento.



5. BIBLIOGRAFIA

BATTISTELLI, Fabrizio (2004) – **Os militares e os desafios da pós-modernidade: o caso Italiano**, In Revista Nação e Defesa Nº 107.

BOENE, Bernard (2003) - **La professionnalisation des armées**, in Révue Française de Sociologie Nº 44-4

DUBAR, Claude (1997) “**A Socialização – construção de identidades profissionais**” Porto Editora

GUILBOT, Odile B. et PFIRSCH, Jean-Vincent (1998) – **La decision d’engagement volontaire des militaires du rang : L’armée de terre**, Ed Centre d’études en sciences sociales de la défense, Paris

LABATUT, Bernard & J. Martinez Paricio (2003) – **La professionnalisation des armées en Espagne : conséquences des mutations du système d’hommes sur la politique militaire et sur les relations civilo-militaires**, ED Centre d’études en sciences sociales de la défense, Paris

LADA, Emmanuelle et CHANTAL, Nicole Drancourt (1998) – **Images de l’armée et insertion des jeunes**, Ed Centre d’études en sciences sociales de la défense, Paris

LÉGER, Jean-François (2003) - **Les Jeunes engagés**, in Révue Française de Sociologie Nº 44-4

MARICHY, Jean P (2003) – **Cinq ans après, que sont devenues les engagés volontaires de l’armée de terre**, Ed Centre d’études en sciences sociales de la défense, Paris

Artº 11º da Lei do Serviço Militar Nº 174/99 de 21 de Setembro de 1999